



COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPT

8ª ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPT

Ata da reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Theobroma – RO, realizada com a finalidade de discutir e deliberar matérias relacionadas à gestão dos investimentos, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025, Portaria MTP nº 1.467/2022 e com a Lei Municipal nº 738/GP/PMT, de 24 de maio de 2021.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto de 2026, às 10h00, realizou-se reunião ordinária do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Theobroma, destinada à apreciação do relatório de investimentos e demais assuntos constantes da pauta.

Estiveram presentes o Presidente do Comitê, senhor Ricardo Luiz Riffel, e os membros Valdenice da Silva Souza Camara e Silvano Rafael Pereira.

O Presidente cumprimentou os presentes e deu início à reunião, apresentando o Relatório de Investimentos referente ao mês de **julho** do exercício de 2026. Durante a exposição, foram apresentados os principais aspectos do cenário econômico e financeiro, bem como realizada a análise da composição e do desempenho da carteira de investimentos do Instituto.

Conforme apresentado, a carteira do Instituto registrou resultado **positivo**, com retorno mensal de **R\$ 635.481,45** (seiscentos e trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta e cinco centavos). O retorno acumulado no ano apresentou o valor de **R\$ 3.967.574,19** (três milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quinhentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos), até o referido período. O Patrimônio Líquido do Instituto totalizou **R\$ 55.448.902,21** (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil, novecentos e dois reais e vinte e um centavos).

A rentabilidade acumulada no ano foi de **7,82%**, enquanto a meta atuarial acumulada foi de **6,81%**, indicando que o Instituto atingiu **114,96%** da meta atuarial no período analisado.

O Comitê analisou os riscos inerentes à operação, especialmente os riscos de mercado, liquidez e crédito, concluindo que permanecem compatíveis com o perfil da carteira e dentro dos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e pela Política de Investimentos do Instituto, considerando seus limites mínimos e máximos de alocação. Após análise do Relatório de Investimentos referente ao mês de julho de 2026, o Comitê concluiu que a carteira apresentou desempenho satisfatório, superando a meta atuarial acumulada no exercício e mantendo adequado nível de diversificação entre os segmentos previstos na Política de Investimentos.

Pauta 1 – Análise do Cenário Econômico: O Comitê de Investimentos analisou o cenário econômico nacional, com especial atenção às recentes decisões de política monetária e aos seus possíveis impactos sobre os investimentos do Instituto. No período analisado, o Comitê tomou conhecimento da decisão do Comitê de Política Monetária – Copom de reduzir a taxa básica de juros (Selic) em 0,25 ponto percentual, passando para 14,00% ao ano, movimento que estava amplamente precificado pelo mercado financeiro. Na avaliação do Comitê, a comunicação apresentada após a reunião do Copom apresentou caráter predominantemente neutro, com sinais limitados quanto aos próximos passos da política monetária. Foi observado que a autoridade monetária passou a incorporar em sua avaliação dados mais fracos relacionados à atividade econômica e à inflação, mantendo, entretanto, atenção especial à possível desancoragem das expectativas de inflação para horizontes mais longos.



O Comitê avaliou que a sinalização do Banco Central indica uma condução da política monetária cada vez mais dependente da evolução dos indicadores econômicos, especialmente aqueles relacionados à inflação, às expectativas inflacionárias e ao nível de atividade econômica. Nesse contexto, os membros consideraram que eventuais novos movimentos de redução da taxa Selic deverão depender da evolução desses indicadores e das condições econômicas observadas nas próximas reuniões do Copom.

Em relação às perspectivas para o mercado, o Comitê tomou conhecimento das projeções disponíveis, segundo as quais a taxa Selic poderá encerrar o exercício em aproximadamente 13,75% ao ano, hipótese que pressupõe a ocorrência de novo corte de 0,25 ponto percentual na reunião prevista para novembro. Após análise e discussão entre os membros, o Comitê avaliou que o cenário de juros ainda elevados permanece relevante para a estratégia de investimentos do Instituto, especialmente para a alocação em ativos de renda fixa. Os membros destacaram a importância de acompanhar a trajetória da Selic, da inflação, das expectativas de mercado e das condições fiscais, tendo em vista seus reflexos sobre a rentabilidade, o risco e a marcação a mercado dos ativos que compõem a carteira do RPPS.

Diante desse cenário, o Comitê deliberou pela manutenção do acompanhamento permanente dos indicadores econômicos e financeiros, bem como pela avaliação contínua das oportunidades de alocação e rebalanceamento da carteira, observando a Política de Investimentos vigente, os limites legais e os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

Pauta 2 – Deliberação sobre movimentação da Carteira de Investimentos; após análise das alternativas de investimento apresentadas, o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pela realização de resgate no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) dos recursos atualmente aplicados no BB RF Fluxo SB, CNPJ nº 63.197.387/0001-38 e aplicar no fundo BB RF TP 2028, CNPJ: 50.099.960/0001-29.

E o recurso proveniente do resgate do BB Prev V Esp 2026 - CNPJ: 39.255.739/0001-80, será aplicado na totalidade no BB RF TP 2030, CNPJ: 59.817.019/0001-78.

Os recursos provenientes do resgate do CI CAIXA BRASIL ESPECIAL 2026 TP RF RL CNPJ: 56.134.800/0001-50 creditados na Caixa Econômica Federal – Agência nº 02976, Conta nº 000575268223-8, de titularidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Theobroma – IPT, para posterior aplicação em fundos de investimento da modalidade Vértice 2030, podendo ser considerada a opção com ou sem pagamento de cupom, conforme as condições de mercado, as características das alternativas disponíveis e a estratégia definida para a carteira de investimentos.

Durante a análise, o Comitê considerou que os fundos Vértice apresentados são constituídos por títulos públicos federais, sendo avaliados como alternativas compatíveis com a estratégia de investimentos do Instituto. Também foi considerada a possibilidade de manutenção dos recursos investidos até o vencimento da estratégia, especialmente nas modalidades sem pagamento de cupom, evitando a necessidade de redistribuição periódica dos rendimentos e de novas decisões de realocação por parte do RPPS.

O Comitê avaliou ainda os aspectos relacionados à rentabilidade esperada, risco de mercado, liquidez, prazo de vencimento e compatibilidade com as obrigações previdenciárias, bem como a aderência das alternativas à Política de Investimentos vigente e aos limites estabelecidos na regulamentação aplicável. Após ampla discussão entre os membros, o Comitê concluiu que a transferência dos recursos para a Caixa Econômica Federal permitirá a avaliação e posterior escolha da alternativa Vértice que apresentar as condições mais adequadas ao momento da aplicação, considerando especialmente o prazo, a taxa de retorno, a estrutura de pagamento de cupons e a estratégia de longo prazo da carteira.



O Comitê deliberou, ainda, que a aplicação efetivamente realizada deverá ser apresentada e registrada na documentação de acompanhamento da carteira, para fins de monitoramento da rentabilidade, enquadramento, risco e aderência à estratégia de investimentos do Instituto.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes.

Ricardo Luiz Riffel

Presidente do Comitê – Certificado Nível Básico (CP RPPS CGINV I)

Valdenice da Silva Souza Camara *Valdenice da Silva Souza Camara*

Membro – Certificado Nível Básico (CP RPPS DIRIG I)

Silvano Rafael Pereira

Membro – Certificado Nível Básico (CP RPPS CGINV I)

Nomeados pela Portaria Municipal nº 57/GP/PMT/2026, 16 de julho de 2026.